
PÓLIS E POLÍTICA: A BUSCA PELA AÇÃO NA GRÉCIA ANTIGA

POLIS AND POLITICS: THE PURSUIT OF ACTION IN ANCIENT GREECE

Matheus Barros da Silva
Mestrando em História -UFPEL
matheusbarros.dasilva@gmail.com

RESUMO: Há uma distância intransponível entre o Ocidente contemporâneo e o mundo grego antigo, não se tem dúvidas quanto a isto. Mas o fato não impede colocar paralelos entre o hoje e o ontem, ou seja, o mundo grego foi o locus de nascimento de uma forma de pensamento que ainda nos faz eco, a saber: a reflexão que toma o humano como problemática passível de ser pensada nos próprios termos de um plano eminentemente humano. Não afirmamos que na Antiguidade havia uma negação da existência dos deuses, o que temos em mente é percebermos nos gregos antigos, a construção de um espaço só seu, do humano. Tal forma de pensamento possibilitou a criação da política, nova maneira de conceber e dar sentido a existência humana, compreendemos a política como um tipo de organização da vida social onde aqueles que compõem pólis estão a uma mesma distância do poder, assim a autoridade não pode ser privilégio de um único cidadão ou grupo sectário. Os instrumentos de governo devem ser despersonalizados. Nosso trabalho se dá sobre uma ideia, a ação política na Grécia antiga. Trabalhamos tendo em mente que a política é uma criação helênica, diz respeito e deriva do termo pólis, desta forma, entendemos que o conceito de política encerra uma série de fatores que concernem à pólis no sentido de sua administração e existência. Neste sentido buscamos jogar luz sobre a questão da participação dos cidadãos acerca dos desígnios dos negócios da cidade que habitam.

PALAVRAS CHAVE: pólis; política; Grécia antiga

ABSTRACT: There is an unbridgeable distance between the contemporary West and the ancient Greek world, we have no doubt about that. But the fact does not prevent us from putting parallels between today and yesterday, the greek world was the locus of the birth of a way of thinking that still echoes, namely the reflection that takes the human as likely to be thought problematic in themselves terms of an eminently human plane. This way of thinking led to the creation of politics, new way of conceiving and giving meaning to human existence; understand the politics as a type of organization of social life where those who compose polis are in the same distance from the power, so the authority cannot be the privilege of a single citizen or sectarian group. The instruments of government should be depersonalized. Our work is about political action in ancient Greece. We work keeping in mind that the politics is a Hellenistic creation, respect and derives from the polis thus understand that the concept of politics contains a number of factors that affect the polis towards its administration and existence. In this regard we seek to shed light on the issue of participation of citizens in the city they inhabit.

KEYWORDS: polis; politics; ancient Greece

Considerações Iniciais

No presente texto não pretendemos elaborar uma história das instituições políticas da Grécia antiga, ou seja, uma narrativa cronológica das mais variadas instâncias políticas das pólis gregas. Procuramos algo mais modesto, assim, nosso trabalho é sobre uma ideia, a ação política na Grécia antiga. Trabalhamos tendo em mente que a política é uma criação helênica, diz respeito e deriva do termo pólis, desta forma, entendemos que o conceito de política encerra uma série de fatores que concernem à pólis no sentido de sua administração e existência.

Com efeito, na Grécia antiga a política era assunto de todos os cidadãos, o que faz pensar que, o governo da pólis se encontra nas mãos de todos aqueles que a compõem enquanto corpo cívico. Mesmo que na Antiguidade grega devamos excetuar as mulheres, os menores de idade, os escravos e estrangeiros da condição de cidadania, há uma indelével participação dos que detinham tal condição, e foi em Atenas, durante do século V¹, que o estatuto de cidadão acabou por abranger o maior contingente populacional.

Desta forma, objetivemos discorrer sobre o que chamaremos de busca pela ação política na Grécia antiga. No primeiro momento de nosso texto apresentamos em linhas gerais alguns elementos que caracterizam a pólis, pois é a partir da existência desta forma de organização da vida que a política é possível. Na segunda parte do trabalho nossa intenção é perceber como, na Grécia, os conceitos de poder e autoridade são elaborados, ou seja, como os helenos os colocam em prática, de que maneira perpassam o tecido social de então, e assim, configuram o espaço da política.

O Universo Intelectual da Pólis

Quando falamos em pólis temos em mente uma abstração, um tipo ideal, se assim podemos dizer, ou seja, um conjunto de elementos que definem determinada comunidade enquanto uma pólis. A generalização deste sistema de vida não é tácita na história da Grécia antiga, seu surgimento é em muitos aspectos nebuloso, e seu desenvolvimento não se deu de maneira uniforme no território da Hélade. Com efeito, foi a partir do modelo poliáde, que os

¹ As indicações cronológicas são anteriores a comum sigla a.C.

gregos antigos organizaram e deram sentido a sua existência em determinado período, que em linhas gerais vai do século VIII até o IV.

A pólis vista como comunidade humana em que se dava e se exercia a vida civilizada é algo que permeava o pensamento grego de então. Aristóteles escrevendo no IV século, momento em que o sistema políade enquanto unidade autárquica já se encontrava em um estágio delicado, afirma que o homem que vive fora da pólis, ou é menos que humano, ou mais que humano. (*Política*, 1253a). O filósofo de Estágira não estava discorrendo sobre um tema desconhecido, de fato a cidade-estado marca sensivelmente determinada característica grega no que fiz respeito à vida social, e os gregos tinha consciência deste fato.

Falamos em universo intelectual, com isto queremos dizer que, a ideia de pólis informa sobre a construção mental que elabora uma forma específica de vida, que por sua vez tem sua existência concreta nas relações sociais produzidas na comunidade. Esta ideia de pólis evoca três características que a fundamenta de maneira singular, discorreremos, de forma breve, sobre as mesmas.

Primeiramente, podemos dizer que na pólis coloca-se a palavra (λόγος) como instrumento de poder, o fio condutor que atribui inteligibilidade às relações sociais e políticas. A palavra assume sua preeminência e efetividade na medida em que encarna o sentido de convencimento (πειθώ), noção que os gregos usavam para designar o poder de persuasão de um discurso. Esta palavra é dessacralizada, um discurso-diálogo profano, eminentemente humano (DETIENNE, 2013, p. 9). Com isto entendemos um conjunto de argumentos que possam ser postos em debate, abertos à discussão, pois, se dirigem ao público, os cidadãos, que a partir de uma escolha humana decidem a eficácia de cada proposição:

Entre a política e o lógos, na origem, há assim relação estreita, vínculo recíproco. Arte política é essencialmente exercício de linguagem e o lógos, na origem, toma consciência de si mesmo, de suas regras, de sua eficácia, por intermédio de sua função política (VERNANT, 2013, p. 54).

O segundo aspecto da pólis pode ser caracterizado pela plena publicidade exigida em relação à vida social. Tal comportamento pressupõe a existência de um espaço público, comum, em oposição ao âmbito do particular, ou seja, a esfera do público existe na medida em que é construída por práticas abertas à luz do dia:

A emergência de um espaço público significa que se criou um domínio público que “pertence a todos” (ta koina). O “público” deixa de ser um assunto “privado” – do rei, dos preladados, da burocracia, dos políticos, dos especialistas, etc. As decisões relativas aos assuntos comuns devem ser tomadas pela comunidade (CASTORIADIS, 1987, p. 311).

Podemos citar o exemplo do advento da escrita alfabética na Grécia por volta do século VIII, mesmo momento de nascimento da pólis, uma escrita não em poder de uma classe de escribas especializados funcionários do palácio micênico², mas pública e de acesso comum à comunidade políade. Doravante, as leis serão escritas, isto quer dizer que fixadas e dadas a ler por todos, podem ser objetos de discussão, subtraindo a autoridade anteriormente ilimitada aos aristocratas, o uso da escrita para publicizar as leis é capaz de relativizá-las, colocar dúvidas e assim levar ao debate. A instituição deste espaço comum, despersonalizado faz com que todos que o habitam estejam em relações recíprocas, onde cada cidadão seja diapasão para os demais. Uma sociedade do “face-a-face”, os cidadãos estavam constantemente sob o olhar e vigilância mútua (FINLEY, 1988, p. 30).

O terceiro elemento que trazemos à discussão é, que na pólis aqueles que a compõem, o cidadão (πολίτης), no âmbito político são percebidos como habitando um espaço igualitário, os cidadãos são iguais (ἴσοι) para além das diferenças concretas e do que chamaríamos de desigualdades sociais, no pensamento político igualitário da pólis cada membro da comunidade se apresenta com o mesmo valor:

O vínculo do homem com o homem vai tomar assim, no esquema da cidade, a forma de uma relação recíproca, reversível, substituindo as relações hierárquicas de submissão e de domínio. Todos os que participam do Estado vão definir-se como hómoioi, semelhantes, depois, de maneira mais abstrata, como os isói, iguais (VERNANT, 2013, p. 65).

A igualdade política é possível na medida em que o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade (φίλια) é algo sensível e fortemente estabelecido. Comumente traduzido por amizade – ainda que não comporte a totalidade do sentido –, este sentimento de pertença marca os cidadãos, os fazem estar associados, ligados por, e em uma mesma

² Entre os séculos XV e XII, aproximadamente, a escrita silábica denominada Linear B constituiu um instrumento de dominação e poder em posse do rei micênico, o Ánax.

comunidade. Pensamento que deveria ultrapassar laços consanguíneos, ou seja, o plano do particular:

(...) é a atividade comunitária política que produz a ideia da comunidade de sangue, tal como se exprime nas *phylái*, que chamamos erroneamente de tribos, e nas *fratias* (*phratíai*), que só têm ancestrais comuns metaforicamente (VIDAL-NAQUET, 2002, p. 172).

A política ocupa um plano singular na sociedade grega. A pólis e todos os assuntos que lhe dizem respeito devem sobressair-se diante das vontades individuais, é isto que o impulso democrático não deve perder de seu horizonte, o espaço da política é onde se deve ser indiferente às diferenças, estando todos pelo sentimento de pertença comunitária posicionados de forma horizontal.

Estes três aspectos elencados, preeminência da palavra; publicidade da vida social; sentimento de pertença comunitária, são fundamentais para pensarmos a experiência da existência da pólis, esta forma de vida criada pelos gregos e afirmada por eles como a mais elevada maneira de dar sentido a existência humana. Daremos seguimento em nosso trabalho buscando discorrer sobre como a questão da autoridade e participação política, eram vistas no interior da pólis.

Política, Autoridade e Participação

Os gregos inventaram a política, uma nova e singular forma de convivência, ou seja, a partilha das decisões que dizem respeito à pólis; o convencimento de outrem a partir da palavra (*λόγος*); a incitação à ação no interior da cidade (TRABULSI, 2001, p. 37). Assim, deve-se compreender a política antiga no sentido que Moses Finley a caracteriza, “(...) a arte de decidir através da discussão pública – e, então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada” (FINLEY, 1988, p. 26-27). O filósofo Cornelius Castoriadis segue um pensamento semelhante em sua definição de política:

Entendo por política (...) uma atividade coletiva cujo objetivo é a instituição da sociedade enquanto tal. É na Grécia que encontramos o primeiro exemplo de uma sociedade deliberando explicitamente acerca de suas leis, e modificando-as (CASTORIADIS, 1987, p. 299).

Diferentemente das demais civilizações da Antiguidade, nas quais a lei se impõe de modo vertical e hierárquico entre um plano divino e humano, os gregos inauguram o debate sobre as normas que devem pautar a conduta humana, desta forma, abrem à discussão a questão da justiça (δίκη), vista como elaboração humana.

Em certo sentido a política marca o ethos helênico de forma indelével (HARTOG, 2006, p. 96), seja por um lado, restringindo o máximo possível o número daqueles que participariam dos processos políticos; por outro, alargando em extremo este número, a prática da política conforma uma possível maneira de nos referirmos aos gregos antigos:

A Grécia se reconhece numa certa forma de vida social, num tipo de reflexão que definem a seus próprios olhos sua originalidade, sua superioridade sobre o mundo bárbaro. No lugar do Rei cuja onipotência se exerce sem controle, sem limite, no recesso de seu palácio, a vida política grega pretende ser o objeto de um debate público em plena luz do sol, na ágora, da parte de cidadãos definidos como iguais e de quem o Estado é a questão comum (...) (VERNANT, 2013, p. 11).

Neste sentido, podemos falar de um processo de laicização da política. O processo que permitiu a possibilidade de existência da política liga-se com a realidade que se abre após o derruir da civilização micênica. Ao desaparecer do Ánax³ segue-se um período de confusão interna na Hélade, tensões entre a população aldeã e as famílias aristocráticas⁴, polos que antes a autoridade do palácio micênico buscava harmonizar através de um controle fortemente imposto e rigoroso. Entre estes grupos há choques violentos, mas também uma busca de equilíbrio, que assim, faz nascer um tipo de sabedoria propriamente humana, a política, ordem humana da pólis. “Com efeito, (...) A realeza se vê despojada na Grécia de seus privilégios e que, mesmo onde subsiste, cede de fato o lugar a um estado aristocrático” (VERNANT, 2013, p. 43). Percebemos aqui, que o poder (κράτος) mesmo que concentrado no restrito grupo dos aristocratas, dos melhores, se encontra despersonalizado. “Um grupo humano propõe despersonalizar o poder soberano, coloca-lo numa situação tal que ninguém possa exercê-lo

³ Soberano do palácio micênico.

⁴ Aqueles que detinham o monopólio dos cultos religiosos, propriedade de terras e o lugar central na guerra.

sozinho, à sua maneira e para que seja impossível apropriar-se do poder coloca-se no centro” (VERNANT, 2009, p. 151).

Aristóteles, citando o exemplo de Atenas, informa sobre os processos que levaram o poder a determinada concepção de coletivização. Ao lado do rei (βασιλεύς), aparece o polemarcha: o primeiro não detém função militar, enquanto o segundo sim. O rei já não contém a chave de todo comando (*Constituição de Atenas*, 3.2-4). A instituição do Arcontado marca uma ruptura na noção de autoridade (ἀρχή):

Eleitos primeiro por dez anos, os arcontes são em seguida renovados cada ano. O sistema da eleição mesmo se conserva ou se traspõem certos traços de um processo religioso, implica uma concepção nove de poder: a arché é todos os anos delegada por uma decisão humana, por uma escolha que supõe confronto e discussão (VERNANT, 2013, p. 45).

Falamos ainda sobre um universo aristocrático onde esta partilha do poder se restringe ao círculo dos melhores. Nesta mentalidade encontram-se as noções de espírito de rivalidade (ἔρις) e consciência de pertencimento e dependência a uma comunidade unificadora (φίλια), respectivamente. Este grupo se mede pelo debate, formando um grupo de iguais: “Esse espírito igualitário, no próprio seio de uma concepção agonística da vida social, é um dos traços que marca a mentalidade da aristocracia guerreira da Grécia e que contribui para a noção de poder um conteúdo novo” (VERNANT, 2013, p. 50).

É a noção de autoridade (ἀρχή) que se transfigura, vai se apresentar como não sendo passível de pertencimento privado a uma determinada pessoa. Isto fica claro no próprio pensamento grego. Jean-Pierre Vernant nos lembra sobre como as deliberações comuns, que dizem respeito à pólis e são pensadas em “estando em lugar comum” (ἐς τὸ κοινόν), e a autoridade está “colocada ao meio” (ἐς τὸ μέσον). Tal fato reflete a criação de um espaço social novo – a pólis – e uma prática social – a política. No universo da pólis, e na ação da política marca-se a forma de vida grega entre os séculos VIII e IV. O espaço da política é o espaço da deliberação, do debate entre argumentos opostos, mas que em última instância estejam alinhados com bem comum.

Também é a noção de poder (κράτος) que deve sofrer uma sensível transvaloração em seu sentido para que a possibilidade de existência da política se configure. Há uma

singularidade claramente apresentada em como os gregos pensam o poder a partir de determinado período, ou seja, o poder deve ser neutralizado:

O poder consistirá, para o grupo dos que se consideram como iguais (grupo que se ampliará até englobar todos os cidadãos), em depor o *kratos* no centro, para despessoalizá-lo e o tornar comum, de modo que todos participem dele sem que nenhum possa apropriar-se dele (VERNANT, 2009, p. 161).

A neutralização e despessoalização do poder e da autoridade é a possibilidade da política. Dá-se na medida em que a pólis, sendo esta o concreto dos cidadãos, regula-se a si mesma por leis debatidas, discutidas, confrontadas, e postas em plena votação pública. Um processo que indica que o poder não está mais revestido de um caráter sacro. É uma via de laicização que acontece, os assuntos que dizem respeito ao grupo humano existente na pólis são debatidos através de uma análise intelectual racional. Problemas humanos, pensados a partir do próprio humano.

Entre os séculos VIII e IV a possibilidade de participação nos desígnios ora se manteve restrita em pequenos grupos no interior da cidade, como nos casos das oligarquias; ora estava alargada tanto entre os cidadãos pobres – aqueles que precisavam trabalhar para sobreviverem –, e membros ricos da sociedade, caso das democracias cujo exemplo maior é Atenas:

La política era, para la gran massa de ciudadanos, lá única parte de su vida que superaba al mundo concreto de las relaciones domésticas, de parentesco o de vecindad, así como al de las pequeñas comunidades de culto. Era la única esfera en la que no actuaban solamente como personas privadas, el único dominio donde tomaban parte em uma forma de vida pública. Y, si creemos em el testimonio de nuestras fontes, parece que se formó una singular solidaridad en ese dominio. No existían adhesiones opuestas susceptibles de romper la solidaridad política: ni de tipo económico, ni de tipo religioso y ni si quiera oposiciones como las que se dan entre partidarios de lo antiguo y partidarios de lo nuevo em nuestras sociedades modernas. Com excepción de algunos aristocratas, en esta comunidad de ciudadanos existía, al contrario, una unanimidad de intereses políticos, así como una homogeneidad de concepciones de la vida (MEIER, 1985, p. 17).

Na obra *Histórias*, de Heródoto, podemos perceber que a reflexão sobre a política era algo concreto, isto é demonstrado no diálogo entre os persas Otanes, Megabises e Dario, cada

qual defendendo uma forma de governo – Monarquia, Aristocracia e Democracia – (*Histórias*, III, 80-82). Para além da improbabilidade da existência factual deste diálogo, o que se apresenta é que, no século V, momento que Heródoto escreve, há um sensível e elevado grau de reflexão sobre a política, antecedendo em um século as obras de sistematização teórica sobre o mesmo tema, de Platão e Aristóteles, por exemplo, (BOBBIO, 1980, p. 31).

Quais as motivações teriam permitido a participação de um número maior de atores no processo político da cidade. Há uma plêiade de fatores que se costuma colocar na raiz e origem do alargamento da participação política na Grécia antiga. É complexa a reflexão sobre tal acontecimento histórico, visto que o processo tem determinadas peculiaridades segundo a cidade que nos referimos. Por outro lado, o que importa aqui é explicitar algumas considerações gerais, que podem tentar responder a questão no que diz respeito a um quadro maior.

Neste sentido, podemos citar a introdução do ferro na metalurgia grega. Após o fim da civilização micênica, onde o bronze prevaleceu, houve uma escassez de vários materiais, como o ouro e prata, por exemplo. Por volta do VIII século começa o fabrico de ferramentas e armas de ferro, material mais resistente e de complexo manuseamento. O desenvolvimento de todo um setor de artesãos a trabalharem com o ferro e dada à importância que o minério assumia na sociedade levou à que aqueles ferreiros percebessem a si mesmos como fundamentais para suas pólis. Obviamente que, o processo foi composto de muitas tensões, pois, por um lado havia a aristocracia da terra, detentora de todos os privilégios sociais e políticos, de outro, estes novos atores em cena a reivindicarem o direito de participação nas deliberações políticas. É uma via acidentada que se abre na história da Grécia antiga, mas que é justamente a força dos golpes que possibilita a elaboração de um novo tipo de consciência.

O aspecto bélico também oferece uma chave na interpretação. A aristocracia da terra é igualmente uma nobreza militar, por serem os responsáveis pela defesa da pólis garantem para si o apanágio da participação nas decisões dos negócios públicos, ou seja, o estatuto de guerreiro coincide com o de cidadão “(...) quem tem seu lugar na formação militar da cidade igualmente o tem na sua organização política” (VERNANT, 2013, p. 66). Assim, em meados do VII devido a modificações no armamento e nas técnicas de combate tem-se a chamada revolução hoplítica:

O aparecimento do hoplitas, pesadamente armado, combatendo em linha, e seu emprego em formação cerrada segundo o princípio da falange dão um golpe decisivo nas prerrogativas militares dos hippeis. Todos os que podem fazer as despesas de seu equipamento de hoplitas – isto é, os pequenos proprietários livres que formam o demos, como são em Atenas dos zeugitas –, acham-se colocados no mesmo plano que os possuidores de cavalos (VERNANT, 2013, p. 66-67).

Ocupar um lugar nas fileiras militares é o mesmo que estar em um local de igualdade política na cidade, assim, percebemos que através da chamada revolução hoplítica o espaço da política, a possibilidade da participação nas deliberações cidadinas funcionam como espaço e exercício para a formação do cidadão grego, sua paidéia, se assim podemos dizer, pois, pela política todos se encontram em um âmbito de pensamento igualitário.

O pensamento igualitário já se encontrava nos círculos aristocráticos e guerreiro, assim, passando por processos de alargamento desembocou na chamada democracia. Entre tensões, lutas e crises, o povo (δῆμος)⁵ desenvolveu a ambição de adentrar no quadro igualitário anteriormente reservado aos aristocratas. O historiador José Antonio Dabdab Trabulsi afirma que o acesso das camadas populares ao espaço e prática política se deu pela fragilidade da pólis (TRABULSI, 2001, p. 54). A pólis desde seu nascimento se apresentaria ameaçada pelo perigo externo, seja a partir dos embates interpólis, ou mesmo a ameaça não grega, o chamado bárbaro. “É, portanto, pela necessidade de manter essa coesão interna da pólis, para poder defender a comunidade contra eventuais agressores, que as concessões são feitas” (TRABULSI, 2001, p. 55). Com tudo, se a fragilidade da pólis leva a aristocracia a despir-se de seus privilégios, a contrapartida é o povo ascender àquelas prerrogativas, ou seja, participação na vida política da cidade. Toda esta questão tem como resultado a elaboração da cidadania antiga.

Os considerados cidadãos, independentemente do estatuto social, possuem o direito e mesmo a obrigação de participar das deliberações acerca dos negócios da pólis. Péricles, pela escrita de Tucídides, em um trecho de sua *Oração Fúnebre* em honra aos atenienses mortos ao cabo do segundo ano da Guerra do Peloponeso, diz: “Nem é a pobreza obstáculo, pois um homem pode trazer contribuições para sua pólis independentemente da obscuridade de sua

⁵O termo δῆμος é complexo e de difícil compreensão. Na Antiguidade os autores jogavam com sua ambiguidade, ora significando a totalidade dos considerados cidadãos, ora traduzindo as camadas pobres de uma cidade. Aqui usamos o conceito nos referindo à segunda acepção.

condição” (*História da Guerra do Peloponeso*, II 37-1). Para além de podermos ou não afirmar se estas palavras saíram de fato da boca de Péricles, e se sim, para além de ser um exercício demagógico ou não, o que temos é força de um pensamento. A ideia é singular, todos devem participar, todos devem em algum momento de suas existências voltarem-se para os assuntos políticos cidadãos, é nesta ação que a vida do cidadão ganha sentido, se constrói na medida em que a participação é sua paidéia, formação, educação por e pela política. Em Atenas era na assembleia (ἐκκλησία) que os cidadãos exerciam sua soberania:

A assembleia, que detinha a palavra final na guerra e na paz, nos tratados, nas finanças, na legislação, nas obras públicas, em suma, na totalidade das atividades governamentais, era um comício ao ar livre, com tantos milhares de cidadãos com idade superior a 18 anos quantos quisessem comparecer naquele determinado dia. Ela se reunia frequentemente durante o ano todo, no mínimo quarenta vezes, e normalmente chegava a uma decisão sobre o assunto a discutir em um único dia de debate, em que, em princípio, todos os presentes tinham o direito de participar, tomando a palavra (FINLEY, 1988, p. 31).

A soberania da assembleia depende da manutenção do direito de todos os cidadãos possuírem o direito à palavra, falar em público (ἴσηγορία). Não era apenas na assembleia que o falar em público era exercitado, na praça pública (ἀγορά) os cidadãos estavam em intenso contato, assim, as pautas da cidade, antes de chegarem à votação em assembleia, já haviam sido debatidas inúmeras vezes. Isto é característica de uma sociedade de cultura oral, e mesmo que a escrita tenha tido elevada importância na fixação e publicização das leis, por exemplo, o caráter de oralidade nunca se perdeu, fazendo com que ouvir o outro, estar aberto às falas discordantes fosse uma marca indelével da democracia antiga. O espaço público é despersonalizado, não pertence a um indivíduo ou facção, é por ser um âmbito comum que as palavras dos cidadãos devem fluir livremente por ele.

Ao lado do pleno direito de fala que cada cidadão detinha, todos que compunham o corpo cívico possuíam e se viam como iguais no plano político e jurídico, esta igualdade (ἰσωνομία) estabelecia que, ao jugo da lei os cidadãos não possuíam distinções, privilégios, seja qual sua origem, membros da aristocracia, artesãos, ou pobres camponeses livres. Uma pequena digressão sobre o conceito de ἰσωνομία nos permite perceber como tal termo estava

sensivelmente presente na mentalidade grega. Da criação da política, o pensamento igualitário já informava os círculos aristocráticos em oposição ao poder de um único, oposição à tirania. “A exigência igualitária, elaborada inicialmente nos círculos aristocráticos e guerreiros pôde ser alargada até o que chamamos de democracia” (TRABULSI, 2001, p.52). Mesmo que a autoridade e a aplicabilidade das normas estivessem restringidas nas mãos dos nobres, não era dominada por um único, assim, a partilha do poder mesmo que em um pequeno grupo, inaugura uma tradição de igualitarismo que iria se alargar cada vez mais, não sem choques violentos.

Juntamente com o direito de falar na assembleia e a igualdade pela lei, o terceiro conceito que fundamenta a política antiga e a democracia se encontra na ausência de uma classe política profissional e em uma igualdade de ação direta por parte dos cidadãos nos assuntos do poder (ισοκρατία). Em Atenas a democracia era efetivamente direta, na administração da pólis os cidadãos ocupavam cargos anuais onde o sorteio decidia qual ateniense ocuparia o mandato. Cada cidadão podia deter no máximo dois mandatos, não consecutivo, assim, em uma comunidade de reduzido número populacional havia grande possibilidade de que um menino ateniense viria ocupar algum cargo público em sua vida adulta.

Podemos entrever os espraio das atitudes decisórias no seguinte exemplo: Péricles, o grande líder de Atenas tinha sua capacidade de ação limitada, ou seja, suas palavras, suas propostas, sua ação deveria passar pela aprovação da assembleia soberana do povo, neste espaço deveria demonstrar a eficácia de suas ações, apresentar metas e caminhos para o bem da cidade. Desta forma, a decisão não está no líder, para os gregos a consciência de necessidade de um líder não pressupõe que os cidadãos abram mão da possibilidade e direito de participar das decisões nos processos deliberativos:

Em termos constitucionais mais convencionais, o povo não era só elegível para cargos públicos e possuía o direito de eleger administradores, mas também era seu direito de decidir quanto a todos os assuntos políticos e o direito de julgar, constituindo-se como tribunal, todos os casos importantes civis e criminais, públicos e privados. A concentração de autoridade na assembleia, a fragmentação e o rodízio dos cargos administrativos, a escolha por sorteio, a ausência de uma burocracia remunerada, as cortes com júri

popular, tudo isso servia para evitar a criação da máquina partidária e, portanto, de uma elite política (FINLEY, 1988, p. 37).

Sobre a possibilidade de todo e qualquer cidadão adentrar nos meandros da vida política, deter o direito e mesmo ser incentivado a isto, Péricles mais uma vez pela pena de Tucídides, diz: “Um homem pode ao mesmo tempo, cuidar de seus assuntos particulares e dos do Estado (...). Consideramos aquele que não participa da vida de cidadão não como quem cuida de sua própria vida, mas sim como um inútil” (*História da Guerra do Peloponeso*, II 40-2). Assim, a participação e ação política ocupa um espaço substancial na vida dos cidadãos.

Considerações Finais

Desta maneira, podemos encerrar este breve estudo sobre a participação política na Grécia antiga, lembrando que temos em mente a cidade de Atenas, refletindo sobre aquilo que é possível chamar de educação pela política. O cidadão grego – ou ateniense para seguirmos a especificação – comparecendo às reuniões regulares da assembleia, ocupando os cargos públicos, e em determinada instância exercendo assim seu direito de participação deveria atentar para as possíveis escolhas com que se defrontava, deveria pensar nas melhores proposições à pólis, seja as que ele mesmo elaborava, ou as que ouviam de outros cidadãos. Com efeito, havia certa busca pela ação, pois, se fazer presente nos negócios públicos era construir e dar sentido à própria existência.

Claro que não podemos ser ingênuos, há diferenças entre “nossos” gregos e os gregos históricos, se assim podemos dizer. É claro que as camarilhas se faziam presente, que discursos demagógicos e interesses de facções estavam em cena, em muitos momentos de maneira explícita. Mas, para, além disto, há uma ideia, há um gesto, uma primeira forma de pensamento onde os humanos são vistos como responsáveis por seus caminhos, descaminhos, decisões, omissões. É na Grécia antiga, e não em outro local, que nasce a política, esta arte de falar e ouvir; deliberar e acatar tendo como medida o plano humano. É na Grécia, em Atenas, que vemos a experiência de democracia direta radical, e indelevelmente isto deixa uma marca na história do Ocidente. Quando do alvorecer da Modernidade, pensadores e homens de

Estado pensam seus problemas políticos, que são as questões de governo, sobre a República e afins, é na Antiguidade Clássica que voltam seus olhos. Certamente não devemos ver a Grécia antiga como um modelo a se tentar reproduzir – seria pífia a experiência –, tampouco, devemos ver os antigos helenos como anti-modelo, uma terceira via se apresenta: Os gregos são um começo, um gérmen de algo que ainda ecoa e que podemos revisitar periodicamente, no sentido de que vivemos sempre uma tensão, ou seja, a construção e os limites do espaço humano neste imenso outro, chamado mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: EDUNB, 1980.

CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do Labirinto: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DETIENNE, Marcel. *Os mestres da Verdade na Grécia Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FINLEY, Moses. *Democracia Antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MEIER, Christian. *Introducción a la antropología política de la Antigüedad Clásica*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

_____. *A travessia das fronteiras*. São Paulo: EDUSP, 2009.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores e a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Fontes de Consulta

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: EDUNB, 1997.

_____. *A Constituição de Atenas*. Tradução de Francisco Murari Pires. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: EDUNB, 1985.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução Mário Gama Kury. Brasília: EDUNB, 1982.